

AÇÃO	MINISTRO RELATOR	OBJETO	LIMINAR	DT AJUIZAMENTO	DT DEF LIMINAR	Interessado	OBSERVAÇÕES
ADC 71	Gilmar Mendes	constitucionalidade do art. 85, §§3º, 5º e 8º, CPC (sobre honorários sucumbenciais nas execuções contra a Fazenda Pública)	Não apreciada	04.05.2020		Pr República	
ADI 6387	Rosa Weber	inconstitucionalidade da MP 954/2020 (compartilhamento de dados pessoais entre empresas de telecomunicações e IBGE)	Concedida, ad referendum, para suspender eficácia da MP 954/2020	20.04.2020	24.04.2020	Pr República	suspensão o julgamento virtual, com voto da relatora referendando a medida.
ADI 6351	Alexandre de Moraes	suspensão eficácia art. 1º MP 928 (restrição à LAI)	Concedida, para suspensão do referido artigo.	25.03.2020	30.04.2020 (referendo)	Pr República	26.03.2020 concedida liminar ad referendum/ADIs 6347 (Rede Sustentabilidade) e 6353 (PSB) em apenso
ADI 6324	Roberto Barroso	inconstitucionalidade da interpretação de representação facultativa por advs nos CEJUSCs do art. 11 da Res. CNJ 125/2010	Não apreciada	19.02.2020		CNJ	
ADI 6295	Rosa Weber	inconstitucionalidade art. 1º MP 907/2019 (extinção do pagamento de direitos autorais quando da execução de obras artísticas, literárias ou científicas em quartos de hotel ou cabines de cruzeiro)	Não apreciada	20.12.2019		Pr República	adoção rito art. 10 da Lei nº 9.868/99 (decisão para julgamento da liminar pelo tribunal)
ADI 6235	Roberto Barroso	interpretação conforme CF do art. 3º, III, Lei nº 12.694/2012 (pedido de tratamento isonômico entre advs e demais carreiras jurídicas públicas no controle por detector de metais em tribunais e fóruns)	Não apreciada	27.09.2019		Pr República	
ADI 6186	Gilmar Mendes	interpretação conforme CF (princípio da autonomia universitária) para que "decretos autônomos" não possam extinguir cargos gratificados em universidades públicas federais.	Não apreciada	01.07.2019		Pr República	adoção do procedimento do art. 12 Lei nº 9.868/99 (julgamento definitivo pelo Tribunal - rito abreviado), porém ainda não foi julgado
ADI 6098	Luiz Fux	inconstitucionalidade da MP 873/2019 (cobrança de contribuições sindicais diretamente em folha de pagamento do trabalhador) por ofensa à liberdade de associação, impedindo o custeio do sistema federativo	Não apreciada	11.03.2019		Pr República	22.08.2019: extinto sem resolução do mérito (art. 485, VI, CPC), posto que MP 873/2019 perdeu sua eficácia
ADI 6069	Gilmar Mendes	inconstitucionalidade da limitação da indenização na esfera trabalhista disposta na Lei nº 13.467/2017	Não apreciada	05.02.2019		Pr República	apenso à ADI 5870 (Ass. Nac. Magistrados Justiça do Trabalho)

AÇÃO	MINISTRO RELATOR	OBJETO	LIMINAR	DT AJUIZAMENTO	DT DEF LIMINAR	Interessado	OBSERVAÇÕES
ADI 6030	Gilmar Mendes	inconstitucionalidade do art. 13, LC nº 123/2006 por violar o princípio da isonomia, posto que não incluí no simples o recolhimento do ICMS para determinadas mercadorias e serviços	Não apreciada	05.10.2018		Pr República	adoção do procedimento do art. 12 Lei nº 9.868/99 (julgamento definitivo pelo Tribunal - rito abreviado), porém ainda não foi julgado
ADI 6002	Ricardo Lewandowski	inconstitucionalidade ou, subsidiariamente, interpretação conforme do art. 840, CLT (após reforma trabalhista), para não se considerar a interpretação de não admitir pedido genérico, ou extinguir a ação sem chance de emenda à inicial quando reclamante não apresentar pedido certo e determinado quanto ao valor da ação.	Não apreciada	31.08.2018		Pr República	adoção rito art. 10 da Lei nº 9.868/99 (decisão para julgamento da liminar pelo tribunal)
ADI 5925	Marco Aurélio	inconstitucionalidade de artigos da lei de regularização de dívidas de produtores rurais no que concerne à inscrição dos seus nomes em cadastro de proteção ao crédito e indisponibilidade de bens sem processo judicial	Não apreciada	02.04.2018		Pr República	adoção do procedimento do art. 12 Lei nº 9.868/99 (julgamento definitivo pelo Tribunal - rito abreviado), porém ainda não foi julgado/apenso à ADI 5881 (PSB)
ADI 5793	Ricardo Lewandowski	inconstitucionalidade da Res. CNMP 181/2017, que dispõe sobre a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do MP	Não apreciada	13.10.2017		CNMP	
ADI 5731	Gilmar Mendes	inconstitucionalidade do Dec 70.235/72 (alterado pela L. 11.941/2009) que confere ao presidente de turma do CARF voto de qualidade	Não apreciada	20.06.2017		Congresso Nacional	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado)
ADI 5583	Marco Aurélio	inconstitucionalidade do art. 35 da L. 9.250/1995, que define dependentes de contribuinte para fins de dedução do IR (exclusão de maiores de idade quando incapacitados para o trabalho)	Não apreciada	25.08.2016		Pr República	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado)
ADI 5464	Dias Toffoli	inconstitucionalidade da cláusula nona do Convênio ICMS 93/2015, por violar regime diferenciado para micro e pequenas empresas	Concedida, ad referendum, para suspensão de cláusula nona do Convênio ICMS 93/2015	29.01.2016		Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ	

AÇÃO	MINISTRO RELATOR	OBJETO	LIMINAR	DT AJUIZAMENTO	DT DEF LIMINAR	Interessado	OBSERVAÇÕES
ADI 5463	Celso de Mello	inconstitucionalidade do art. 3º da LC 151/2015, que impõe prioridade no uso dos depósitos judiciais e administrativos, tributários e não-tributários, para pagamento de precatórios em atraso	Não apreciada	29.01.2016		Congresso Nacional	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado) / Apenso à ADI 5463 (AMB)
ADI 5415	Dias Toffoli	inconstitucionalidade do art. 10 da L. 13.188/2015, que disciplina o direito de resposta do art. 5º, V, CF, mas exige juízo colegiado prévio para concessão de tutelas provisórias	Concedida, ad referendum.	16.11.2015	18.12.2015	Pres Câmara dos Deputados	
ADI 5405	Luiz Fux	inconstitucionalidade de diversas normas federais que dispensam o pagamento de honorários advocatícios	Não apreciada	03.11.2015		Pr República	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado)
ADI 5394	Alexandre de Moraes	inconstitucionalidade do art. 28, §12, da Lei nº 9.504/97 para excluir a expressão "sem individualização dos doadores"	Concedida para suspender a eficácia do dispositivo legal	02.10.2015	12.11.2015	Câmara dos Deputados	juízo confirmado a liminar em 22.03.2018
ADI 5170	Rosa Weber	conferir interpretação conforme a CF aos arts. 43, 186 e 927, para declarar Estado civilmente responsável pelos danos morais causados aos detentos quando os submete à prisão em condições sub-humanas, insalubres, degradantes ou de superlotação.	Não apreciada	20.10.2014		Pr República	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado)
ADI 5165	Carmen Lucia	inconstitucionalidade do art. 739-A do antigo CPC, sem redução de texto contra a aplicação em concreto da norma às execuções fiscais	Não apreciada	19.09.2014		Pr República	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado)
ADI 5161	Roberto Barroso	inconstitucionalidade do art. 32 da L. 4.357/64 com redação modificada pelo art. 17 da Lei 11.051/04 e por arrastamento do art. 52, L. 8.212/91, com redação dada L. 11.941/09.	Não apreciada	05.09.2014		Pr República	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado)
ADI 5096	Roberto Barroso	interpretação conforme a CF para o art. 1º da L. 12.469/2011	Não apreciada	10.03.2014		Pr República	20.02.2019: negado seguimento, pois STF já consolidou que não cabe ao Judiciário realizar correção monetária da tabela do IR.

AÇÃO	MINISTRO RELATOR	OBJETO	LIMINAR	DT AJUIZAMENTO	DT DEF LIMINAR	Interessado	OBSERVAÇÕES
ADI 5086	Luiz Fux	inconstitucionalidade do art 3º e p.un. do Decreto Presidencial de 07.10.2013 (assistência à saúde de funcionários públicos)	Concedida em parte, ad referendum, para suspender a eficácia do art 3º e p.un. do Decreto Presidencial de 07.10.2013	24.01.2014	28.01.2014	Pr República	
ADI 5083	Carmen Lucia	inconstitucionalidade do art. 2º da Lei Federal nº 9.528/97, no ponto em que alterou o artigo 16, § 2º, da Lei Federal nº 8.213/91 (revogou em parte), ou lhe seja conferida interpretação conforme a Constituição ou haja declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto, para o fim de se garantir o pensionamento ao menor sob guarda, por morte de segurado do INSS	Não apreciada	06.01.2014		Câmara dos Deputados	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado)
ADI 4927	Rosa Weber	inconstitucionalidade dos itens 7,8,9 da alínea "b", inciso II, art. 8º, da L. 9.250/95, com redação dada pela L. 12.469/11 (limites de deduções com educação)	Não apreciada	25.03.2013		Câmara dos Deputados	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado)
ADI 4926	Edson Fachin	interpretação conforme a CF ao art. 50 'caput' e inciso XII e art. 80 da Lei Federal nº 8.625/1993; bem como ao art. 287 'caput' e § 1º da Lei Complementar nº 75/93 (para auxílio-alimentação do MPU não ser automaticamente aplicado ao MPs estaduais)	Não apreciada	22.03.2013		Senado Federal e CNMP	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado)
ADI 4891	Gilmar Mendes	inconstitucionalidade formal da L. 12.101/2009 (Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS) ou material de alguns de seus dispositivos que isentam de contribuição ao INSS, entre outros	Não apreciada	17.12.2012		Pr República e Pr Câmara dos Deputados	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado) / julgamento virtual iniciado em 20.03.2020, mas retirado de pauta
ADI 4847	Gilmar Mendes	inconstitucionalidade do art. 23 da L. 12.153/2009 (atribuição aos Tribunais de Justiça para limitar em até 5 anos a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública)	Não apreciada	04.09.2012		Câmara dos Deputados e Senado Federal	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado)

AÇÃO	MINISTRO RELATOR	OBJETO	LIMINAR	DT AJUIZAMENTO	DT DEF LIMINAR	Interessado	OBSERVAÇÕES
ADI 4768	Carmen Lucia	interpretação conforme a CF do art.18, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 41, inciso XI, Lei nº 8.625/1993 (assento preferencial dos membros do MP apenas quando atuar como fiscal da lei)	Não apreciada	27.04.2012		Câmara dos Deputados e Senado Federal	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado)
ADI 4650	Luiz Fux	inconstitucionalidade do art. 24 da Lei 9.504/97, na parte em que autoriza, a contrario sensu, a doação por pessoas jurídicas a campanhas eleitorais, bem como do art. 81, caput e § 1º, do referido diploma legal, e do art. 31 da Lei nº 9.096/95, na parte em que autoriza, a contrario sensu, a realização de doações por pessoas jurídicas a partidos políticos, e das expressões "ou pessoa jurídica", constante no art. 38, inciso III, da mesma lei, e "e jurídicas", inserida no art. 39, caput e § 5º, do citado diploma legal.	Não apreciada	05.09.2011		Pr República e Congresso Nacional	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado) /11.12.2013: julgamento de procedência da ação
ADI 4636	Gilmar Mendes	inconstitucionalidade do art. 4º da LC 80/94 e do seu §6º (representação de pessoas jurídicas por Defensores Públicos)	Não apreciada	01.08.2011		Pr República e Congresso Nacional	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado)
ADI 4398	Carmen Lucia	inconstitucionalidade do art. 265 do CPP, com redação dada pela L. 11.798/2008 (multa por abandono da causa)	Não apreciada	22.03.2010		Pr República	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado)
ADI 4357	Ayres Britto	inconstitucionalidade EC 62/2009 (regime do pagamento de precatórios)	Não apreciada	15.12.2009		Câmara dos Deputados e Senado Federal	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado) / litisconsórcio com diversas entidades representativas de carreiras jurídicas / 14.03.2013: parcial procedência, voto maioria
ADI 3869	Edson Fachin	inconstitucionalidade do art. 2º, L. 11.280/2006 (prática e comunicação dos atos processuais por meios eletrônicos)	Não apreciada	09.03.2007		Pr República	adoção rito art. 12 da Lei nº 9.868/1999 (rito abreviado) / extinto sem resolução do mérito por perda superveniente do objeto
ADI 2595	Alexandre de Moraes	inconstitucionalidade de MP 2.208/2001 (qualificação jurídica de estudante para desconto em estabelecimentos de lazer)	Não apreciada	09.01.2002		Pr República	adoção do procedimento previsto no art. 10 da L. 9.868/99 / extinto sem resolução do mérito por perda do objeto em 13.06.2017

AÇÃO	MINISTRO RELATOR	OBJETO	LIMINAR	DT AJUIZAMENTO	DT DEF LIMINAR	Interessado	OBSERVAÇÕES
------	------------------	--------	---------	----------------	----------------	-------------	-------------

Considerações: 1) Desta tabela só constam ADIs cadastradas com origem no Distrito Federal (com exceção do primeiro levantamento, que trata de uma ADC), compreendendo pesquisa exaustiva a partir da parte "CFOAB", portanto, é provável a ausência de alguma ADI ajuizada pelo CFOAB que não tenha sido capturada com tal termo de pesquisa, ainda que de origem do DF; 2) De 37 ações pesquisadas, apenas 6 tiveram liminar deferida, sendo que as demais, a medida não chegou a ser apreciada; 3) 33 ações foram ajuizadas desde 2011 até este ano, apenas 4 na década anterior; 2 em 2011, 3 em 2012, 2 em 2013, **6 em 2014**, 3 em 2015, 3 em 2016, 2 em 2017, 3 em 2018, **6 em 2019 e, até maio/2020, 4.**